

**35º ENANGRAD – Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em
Administração**

ÁREA TEMÁTICA 1: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
SUSTENTABILIDADE NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EAD: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EAD: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Resumo

A preocupação com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável tem se tornado uma pauta central em diversas esferas da sociedade, incluindo a educação superior. Neste contexto, este estudo, pretende investigar a aderência as ações que promovam formação efetiva aos princípios da educação ambiental e as abordagens de sustentabilidade em seus currículos, especialmente o curso de Administração Pública, ou seja, as competências dos futuros egressos. Para alcançar este objetivo, foi coleta de informações foi a partir do Sistema e-MEC e nos Planos Pedagógicos de cursos de Administração Pública, a fim de fazer a busca pelos termos: Educação Ambiental(i), Desenvolvimento Sustentável(ii), Gestão Ambiental(iii), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (iv) e Sustentabilidade (v). Com estes dados foi possível analisar o grau de aderência das práticas de ensino em relação a formação em pró da educação ambiental e as abordagens de sustentabilidade. Por fim, foi possível verificar que os documentos abordam os termos pesquisados, porém não fica evidenciado como é feita a transposição a prática educativa como uma estratégia de aprendizado.

Palavras Chave: Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade.

Abstract

Concern for environmental preservation and sustainable development has become a central issue in various spheres of society, including higher education. In this context, this study intends to investigate adherence to actions that promote effective training in the principles of environmental education and sustainability approaches in their curricula, especially the Public Administration course, that is, the skills of future graduates. To achieve this objective, information was collected from the e-MEC System and in the Pedagogical Plans of Public Administration courses, in order to search for the terms: Environmental Education(i), Sustainable Development(ii), Environmental Management (iii), Sustainable Development Goals (SDGs) (iv) and Sustainability (v). With these data it was possible to analyze the degree of adherence of teaching practices in relation to training in environmental education and sustainability approaches. Finally, it was possible to verify that the documents address the researched terms, but it is not clear how the transposition to educational practice is carried out as a learning strategy.

Keywords: Environmental Education, Sustainable Development, Environmental Management, Sustainable Development Goals, Sustainability.

1. Introdução

Nos últimos anos, a preocupação com a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (DS) tem se tornado uma pauta central em diversas esferas da sociedade, incluindo a educação superior. Em particular, a integração de temas como educação ambiental, gestão ambiental e sustentabilidade nos currículos de cursos superiores, especialmente aqueles voltados para a administração pública, tornou-se uma necessidade premente. Esta necessidade é impulsionada tanto pela urgência das questões ambientais quanto pela demanda por profissionais capacitados a lidar com os desafios complexos relacionados à gestão ambiental e ao DS.

Nesse contexto, o Estado brasileiro instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental por meio da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 onde a inscreve como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Tal lei enfatiza entre os objetivos dessa política o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (BRASIL, 1999).

O Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 veio para regulamentar a Lei nº 9.795/1999, onde reforça a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomendando os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais como referência. Para além disso, dispõe que Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Educação e seus órgãos vinculados, na elaboração dos seus respectivos orçamentos, deverão consignar recursos para a realização das atividades e para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2002). Em 4 de julho de 2022, a Lei nº 14.393 altera a Política Nacional de Educação Ambiental para instituir a Campanha Junho Verde e inserir “o conceito de Ecologia Integral, que incluem dimensões humanas e sociais dos desafios ambientais” (BRASIL, 2022).

No campo educacional em 2012 o Conselho Nacional de Educação por meio do seu Conselho Pleno publica o Parecer nº 14/2012 tratando de Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, onde inicialmente dispõe sobre os seus “marcos referenciais: legal, internacionais e conceitual, caracterizando o seu papel, sua natureza, seus objetivos, bem como o compromisso do Brasil com as questões socioambientais” (BRASIL, 2012a, p. 2). Além de sistematizar seus preceitos, pretendeu estimular a reflexão crítica sobre a temática, orientar os cursos de formação de professores e os sistemas e redes de ensino.

Logo em seguida, no dia 15 de junho de 2012, publicou a Resolução nº 2, estabelecendo formalmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O artigo 17 desenvolve a ideia de que os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, devem ser considerados de modo a estimular, contribuir e promover a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública. O CNE prescreve que essa abordagem deve constar no Currículo de modo transversal, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental, como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; e ainda pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares (BRASIL, 2012b).

Considerando a diversidade e complexidade dos problemas ambientais, é essencial que os cursos superiores incorporem de maneira efetiva os princípios da educação ambiental, as técnicas de gestão ambiental e as abordagens do DS e sustentabilidade em seus currículos. Especialmente o curso de Administração Pública que, de acordo com suas Diretrizes Curriculares Nacionais prevê a formação para atuação como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas, a temática precisa estar revelada como uma das competências dos futuros egressos, ou seja, a formação cidadã, que incorpora o conhecimento e a participação ativa na defesa da sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012a).

Muitos autores tem se dedicados estudos relativos ao tema educação e sustentabilidade, trabalhos estes que analisaram como o tema tem sido abordado nas instituições de ensino na promoção de um aprendizado para o DS. Na sequência serão citados alguns destes estudos:

a) Selinger, Reise e Bilge (2011) analisaram em seus estudos as generalidades dos currículos de engenharia, rumo ao DS e como a educação pretende trilhar caminhos responsabilidade sustentável global.

b) Holst (2023), em seus estudos, realizou análise qualitativa sistemática de 104 documentos descritos como processos de aprendizagem organizacional contínuos e participativos que visam a coerência institucional sobre a sustentabilidade, ligando consistentemente os currículos formais e informais para a aprendizagem integrada de sustentabilidade de alta qualidade.

c) Lima e De Queiroz Murad (2021) realizaram uma pesquisa exploratória em Projetos Pedagógicos de Curso Técnico em Informática ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no estado de Minas Gerais. Observaram que apesar de ocorrerem as citações as palavras sustentabilidade, DS e preservação ambiental não foi evidenciada uma política de ensino e aprendizado para implementar uma cultura em pró da sustentabilidade com bases nas diretrizes da Agenda 21.

Este artigo será estruturado em uma primeira parte onde pretende-se descrever, por meio de uma pesquisa bibliográfica os princípios da educação ambiental e as abordagens do DS e da sustentabilidade. A ideia é investigar se existem estudos com essa proposta, especialmente relacionados à formação profissional em Administração Pública, ou mesmo, nos currículos de cursos superiores em geral. A escolha de artigos privilegiará o Portal de Periódicos da Capes, na inserção dos termos de pesquisa, num recorte temporal 2019-2024.

Em seguida, pretende-se apresentar a forma como foram coletados os dados e informações, bem como o conteúdo apreendido. Será feita uma análise de conteúdo em fases a fim de se tornar confiável como método de estudo, sendo estas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A partir das orientações de Demo (2000), o planejamento da análise precisa se inspirar nos objetivos que se pretende alcançar com o estudo, fazer a necessária problematização das informações escritas e enfim, entender o conteúdo de modo a dar validade aos seus significados. Assim, a partir dos Projetos Pedagógicos de todos os cursos de Administração Pública, modalidade Ensino a Distância (EAD), ofertados por universidades federais do estado de Minas Gerais será feita a discussão dos resultados em alinhamento com os aspectos normativos e legais, bem como no levantamento bibliográfico realizado.

Por fim, espera-se que este trabalho seja mais uma contribuição para a importante discussão da formação de nível superior, em especial de gestores e administradores na perspectiva da defesa da sustentabilidade socioambiental.

2. Referencial Teórico

O capítulo 36 da Agenda 21, organizada pela UNESCO, em 2015, na Assembleia Geral das Nações Unidas, sugere que ensino tem fundamental importância na promoção do DS e para aumentar as ações proativas nas questões de meio ambiente e DS (Lima; De Queiroz Murad, 2021).

De acordo com Barbieri e Silva (2011), a Educação Ambiental ganhou “popularidade” em escala mundial a partir do momento em que as crises sociais e ambientais se tornaram uma realidade que compromete não só a humanidade, mas, o futuro do planeta, especialmente na última década do século passado.

A Educação Ambiental pode ser situada quando em 1946 a ONU cria a UNESCO para contribuir para a paz e a segurança mundial por meio da educação de modo geral e a ambiental em especial. Posteriormente, outros movimentos neste sentido podem ser identificados, mas, foi em 1972, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo, que foram criados alguns instrumentos para tratar de problemas sociais e ambientais planetários. A Declaração sobre o Ambiente Humano reuniu 26 princípios para orientar a construção de um ambiente que harmonize os aspectos humanos e naturais, considerados essenciais para o bem-estar dos humanos, onde a educação tem um papel indispensável.

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (Barbieri; Silva, 2011, p. 54).

Foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que viria a dividir com a Unesco as questões relativas à EAD no âmbito das Nações Unidas e a partir dele, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). O Seminário Internacional sobre Educação Ambiental ocorrido em 1975, foi aprovada a Carta de Belgrado, que estabeleceu a meta básica da ação ambiental por meio de uma Educação Ambiental na educação formal e não formal, compreendendo alunos e professores de todos os níveis, da pré-escola ao ensino superior e o treinamento profissional. Os objetivos firmados podem ser assim sintetizados: conscientização e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e quanto aos problemas relacionados a ele; conhecimento sobre as influências do ser humano e suas atividades no meio ambiente; participação ativa na proteção ao meio ambiente, bem como na resolução dos problemas ambientais; aquisição de habilidades para essa participação ativa; desenvolvimento da capacidade de avaliação e o senso de responsabilidade e de urgência em relação às questões ambientais.

Mesmo sendo objeto de críticas em razão da falta de proposições concretas, a Carta de Belgrado é um importante marco sobre EA em termos de conceitos, princípios e diretrizes associados ao DS.

Em 1992 no Rio de Janeiro foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (CNUMAD), onde foi produzido o relatório Nosso futuro comum que, junto com outros trabalhos, se tornaram fontes fundamentais dos conceitos e das propostas relacionados com o DS. No

referido relatório, ficou expresso a definição mais conhecida de DS: “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (Barbieri; Silva, 2011, p. 57).

Foi neste evento que foi aprovada a Agenda 21, um “um programa de ação abrangente para guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável”, com 40 capítulos, sendo o 36 inteiramente dedicado à promoção do ensino, da conscientização pública e do treinamento (Barbieri; Silva, 2011, p. 57).

O capítulo 36 foca em três áreas principais: a reorientação do ensino no sentido do DS; o aumento da consciência pública; e a promoção do treinamento.

Com a criação da Comissão de DS (CDS) em 1992 para acompanhar e avaliar a implantação das áreas e programas recomendadas na Agenda 21, a coordenação ficou a cargo da UNESCO que viria a criar em 1994, a iniciativa Educação para o Futuro Sustentável (EPS). Observa-se que a partir de então o termo Educação Ambiental cede lugar à ideia de educação para a sustentabilidade e educação para o futuro sustentável.

O marco dessa mudança está na Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade, ocorrida na Grécia em 1997, resultado na Declaração de Tessalônica que referendou os documentos produzidos em eventos anteriores, mas reconhecendo “que não foram completamente explorados, e os resultados alcançados foram insuficientes” (Barbieri; Silva, 2011, p. 60). Assim, vem a recomendar que os planos de ação para a educação, o meio ambiente e a sustentabilidade sejam elaborados em nível local e regional e que a educação faça parte integral das Agendas 21 locais. Para isso, as escolas devem ser estimuladas e apoiadas para adequarem seus currículos rumo a um futuro sustentável, os professores reorientados para práticas inovadoras e a comunidade científica desempenhe um papel ativo na atualização das informações e conteúdos sobre o tema.

Em 2002 foi realizada a Cúpula Mundial sobre DS (CMDSD), em Johannesburgo, Rio+10 para discutir temas específicos: água e saneamento, energia, saúde, agricultura, biodiversidade e gestão de ecossistemas. As discussões produziram 153 recomendações para o efetivo cumprimento da Agenda 21 e os princípios constantes na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Logo em 2003, em Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o Decênio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DNUEDS) cujo objetivo seria a “promoção do ensino e da aprendizagem para todos, ao longo de toda a vida, como parte do processo para alcançar o DS” (...) Educação para a sustentabilidade, educação para um futuro sustentável, educação para o DS passaram a ser expressões usadas como sinônimas nos documentos da ONU e da Unesco a partir de então” (Barbieri; Silva, 2011, p. 62).

O debate sobre Educação Ambiental ou Educação para o DS encontra um fértil terreno na comunidade de educadores ambientais, conforme pesquisa mencionada pelos autores, bem como para a expressão “DS”. Boa parte das críticas se referem ao termo desenvolvimento entendido como sinônimo de crescimento. Crescimento pode se relacionar com o aumento da riqueza de um país, uma região ou um local, enquanto que desenvolvimento pode ser entendido como mudança da qualidade de vida de suas populações.

Outro termo objeto de polêmicas é o entendimento sobre a palavra sustentável. Na língua francesa, a tradução seria durável e de acordo com o modelo de gestão Triple Bottom Line, sustentabilidade como “o princípio que assegura que as ações de hoje não irão limitar a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para a futura geração”. Ao ser relacionado ao campo empresarial desperta desconfiança aos defensores da Educação Ambiental, por isso, Barbieri e Silva (2011, p. 57) alertam que a substituição da expressão DS pela palavra sustentabilidade não é mera operação linguística, mas, transforma a expressão desenvolvimento, um substantivo concreto, entendido como melhoria da qualidade de vida de todos os humanos (justiça social, obtido de modo que respeite as condições e características do meio ambiente como um legado às futuras gerações para que elas possam prover suas subsistências com qualidade de vida), em um substantivo abstrato, sustentabilidade, que “já não carrega mais as questões relativas ao desenvolvimento e, entre elas, as ideias de projetos políticos conduzidos pelo interesse público”.

A Educação Ambiental, ainda na concepção de Barbieri e Silva (2011), deve ser implantada por meio de uma abordagem interdisciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Não como uma disciplina, “mas incluída em todas as oportunidades de ensino, como um processo contínuo que deve se estender para fora das instalações escolares, de modo a considerar o meio ambiente em suas múltiplas dimensões” (Barbieri; Silva, 2011, p. 78), como preconiza a Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Fernandes, Abdala e Cezarino (2020), abordam a importância e sugerem métodos para integrar a educação e gestão ambiental ao ensino de administração em uma universidade pública do Estado de Minas Gerais, ao apresentar um caso de ensino. No trabalho, relatam que um grupo de professores identificaram a ausência de profundidade na abordagem ao tema no currículo do curso, após revisão das disciplinas ofertadas, pesquisas realizadas pelos docentes e conhecimento dos alunos sobre a sustentabilidade, a qual revelou uma necessidade de ação para melhor integrar esses conceitos ao ensino dos alunos.

A pesquisa empreendida revelou que embora algumas disciplinas abordassem a temática da sustentabilidade, grande parte dessas disciplinas eram optativas e poucas eram focadas exclusivamente no ensino ambiental. Foi percebido que o diagnóstico se estendia às atividades de pesquisa e extensão, evidenciando a concentração de estudos sobre sustentabilidade em áreas exclusivas, como Organizações e Estratégia e Operações e Sistemas. Além disso, as professoras decidiram aplicar um questionário aos alunos para avaliar o conhecimento sobre sustentabilidade, o que revelou uma compreensão superficial do tema (Fernandes; Abdala; Cezarino, 2020).

Diante dos resultados apresentados, foram sugeridas revisões curriculares de modo a incorporar a educação e gestão ambiental de maneira sistêmica em várias áreas do conhecimento da administração, pois, para elas a abordagem educacional deve preparar os futuros egressos não somente como indivíduos responsáveis e comprometidos com a sustentabilidade, mas, capazes de promover mudanças significativas na sociedade e no meio ambiente (Fernandes; Abdala; Cezarino, 2020).

O caso ilustra o desafio e a necessidade de reformular o currículo de administração para incluir de forma efetiva o ensino de práticas sustentáveis e de gestão ambiental e serve como guia para debates educacionais, no qual sugere metodologias para incorporar a gestão ambiental nas organizações e discute desafios e oportunidades da educação para a sustentabilidade no ensino superior, destacando sua importância para a formação de profissionais não apenas tecnicamente, mas também para lidar com os problemas socioambientais.

O trabalho de Franco, Teixeira, Azevedo e Moura-Leite (2015), também faz uma revisão da temática de sustentabilidade dentro dos cursos de ensino superior em Administração, com enfoque no papel representado pelos docentes na veiculação do conteúdo sobre a sustentabilidade por meio das atividades acadêmicas. De acordo com a abordagem, o estudo da sustentabilidade com um olhar voltado para as organizações é muito importante, tendo em vista que as ações realizadas pelas empresas geram consequências para sociedade e o ambiente, tornando-as responsáveis por seus impactos.

O percurso metodológico, procurou não só entender o conceito da sustentabilidade, como também a sua evolução histórica e relacionamento com a educação, sobretudo com o curso de graduação em Administração. Para tal empreendimento, foi realizada uma busca bibliográfica que sobre como a sustentabilidade e ao DS tem sido interligada com a educação, especialmente com a formação do Administrador no Brasil. Posteriormente, foi realizada uma análise documental da ementa curricular de cursos de Administração ofertados pelas dez melhores instituições do país, eleitas segundo o Ranking Universitário elaborado pela Folha de São Paulo em 2014 (Franco; Teixeira; Azevedo; Moura-Leite, 2015).

Após essa fase, desenvolveram uma pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado, com 11 (onze) professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que ministravam alguma disciplina no curso de Administração no ano de 2014. A coleta de dados teve como expectativa: (i) identificar a formação, tempo de atuação, projetos desenvolvidos pelo entrevistado e alinhamento das disciplinas com a temática; (ii) conhecer a opinião do entrevistado com relação ao tema e o grau de importância atribuído ao mesmo; (iii) compreender o envolvimento prático dos professores entrevistados com a sustentabilidade no contexto de sala de aula e as ações realizadas no sentido de promover comportamentos sustentáveis (Franco; Teixeira; Azevedo; Moura-Leite, 2015).

O resultado da investigação mostrou que o tema é abordado pela maioria das instituições, mesmo que de maneira tímida e arbitrária, muitas vezes em disciplinas eletivas ou como tópico em alguma disciplina obrigatória. Com essa análise, foi possível constatar “o aumento da consciência sobre a importância da educação para promover mudanças deste teor e a necessidade que se criou em tratá-lo dentro das especificidades de várias disciplinas” (Franco; Teixeira; Azevedo; Moura-Leite, 2015, p. 601).

No campo das entrevistas com os docentes, ficou evidenciado que, embora todos concordem a importância da abordagem da temática para os futuros administradores, há divergência quanto a essa abordagem: “cada um tem um entendimento sobre o que é a sustentabilidade, o que abrange e como pode ser trabalhada, havendo enfoque por vezes nas questões sociais, ambientais ou

econômicas” (Franco; Teixeira; Azevedo; Moura-Leite, 2015, p. 602). Especialmente sobre a UFMS, entendem as autoras que esta não está alheia ao processo e que o tema é de fato complexo e carente de novas investigações que permitam delimitar melhor essa inserção.

Lima e De Queiroz Murad (2021) realizaram uma pesquisa exploratória em Projetos Pedagógicos de Curso Técnico em Informática ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no estado de Minas Gerais. Observaram que apesar de ocorrerem as citações as palavras sustentabilidade, DS e preservação ambiental não foi evidenciada uma política de ensino e aprendizado para implementar uma cultura em prol da sustentabilidade com bases nas diretrizes da Agenda 21. De acordo com a regulamentação para oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica, especialmente Resolução CNE/CEB nº 2/2020 que aprova a 4ª versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a Resolução CNE/CP nº 1/2021, existem alguns princípios, pressupostos, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções a serem observados pela instituição de ensino, no processo de construção de aprovação dos seus Projetos Pedagógicos. Inclusive o CNCT, que está em sua 4ª edição, atualizada em 23 de março de 2023, instituiu o prazo de até 2 anos a partir da data de sua publicação para que as instituições atualizem os seus Projetos Pedagógicos dos Cursos. Importante considerar que a questão da sustentabilidade, DS e preservação da biodiversidade estão presentes nos atos normativos.

Acrescenta-se ainda que caberiam nestas revisões a adequação às premissas contidas na Agenda 21, especialmente o disposto no Capítulo 36 (UNESCO, 2014), os objetivos com medidas desafiadoras para os próximos 15 anos em forma de metas, princípios norteadores e perspectivas a serem adotados pelas nações.

3. Metodologia

Este trabalho assenta-se na metodologia de pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, com o objetivo de explorar uma temática por meio de uma análise documental e bibliográfica. De acordo com Silveira e Córdoba (2009), a pesquisa qualitativa tem como objetivos as ações de descrever, compreender, explicar, relacionar o global e o local de um determinado fenômeno, observar as diferenças entre o mundo social e o mundo natural e buscar os resultados mais fidedignos possíveis. Sobre esse tipo de pesquisa, Triviños (2009) considera que os fenômenos são constituídos social e historicamente, assim, essa forma de pesquisa tem o privilégio de realizar uma proposição transformadora da realidade social.

Já em relação à natureza exploratória desta pesquisa, entende-se como uma pesquisa que tem como objetivo ampliar os conhecimentos acerca de um tema, elaborando hipóteses e criando novas perspectivas de trabalho de uma linha de pesquisa. Não tem um fim em si mesmo, mas, pretende dar origem a novos trabalhos e tipos de pesquisa (Andrade, 2017).

Em relação aos procedimentos, a pesquisa pode ser descrita como bibliográfica e documental. Entende-se que o referencial teórico define as fronteiras da investigação, dando-lhe suporte e permitindo observar a evolução do tema em estudo. Por outro lado, um documento escrito, de acordo com Cellard (2008), constitui em si uma preciosa fonte para o pesquisador em

Ciências Sociais, já que transforma fontes diversificadas e muitas vezes dispersas, em um trabalho bibliográfico.

3.1 Coleta de Dados

A primeira coleta de informações foi a partir do Sistema e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, do governo federal que é a plataforma onde está a base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior (IES), independentemente de Sistema de Ensino. De acordo com informações na página inicial da plataforma, os dados disponibilizados guardam conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.

Na consulta avançada foram inseridos os termos Curso de Graduação; Administração Pública; UF: Minas Gerais; Modalidade a distância, Grau Bacharelado; Situação: Em atividade. A primeira busca retornou 17 (dezessete) resultados, entre cursos de instituições públicas e privadas. Retirando-se as instituições privadas retornaram os seguintes resultados: Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de São João Del-Rey (UFSJ), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

O curso mais antigo, segundo a plataforma é o da UFOP (2007) e o mais recente do IFNMG. Dos índices apresentados, foi observado que os Conceitos dos Cursos (CC) que é um indicador resultante da avaliação in loco por equipes coordenadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Conceito preliminar de curso (CPC), indicador calculado no ano seguinte ao da realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em cada área, que considera, além do desempenho dos estudantes, o corpo docente, a infraestrutura e os recursos didático-pedagógicos, entre outros itens. Tanto um indicador como o outro, vão de uma escala crescente de 0 a 5.

De acordo com a Plataforma e-Mec, tem-se os seguintes resultados: UFOP (CC: - ; CPC: 3); UFU (CC: 5; CPC: 4); UFSJ (CC: - ; CPC: 3); UFLA (CC: 4; CPC: 3); UFVJM (CC: 4; CPC: 3); IFNMG (CC: -; CPC: -). O último Enade registrado na Plataforma e-Mec foi o ocorrido em 2018.

A segunda etapa da investigação foi entrar no sítio eletrônico de cada uma das instituições para encontrar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação em Administração Pública, modalidade EAD, a fim de fazer a busca pelos termos: Educação Ambiental(i), Desenvolvimento Sustentável(ii), Gestão Ambiental(iii), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (iv) e Sustentabilidade (v).

Esse tratamento seguiu o que sugere Bardin (2011, p. 47) para análise do conteúdo dos PPC, o que significa utilizar-se de um conjunto de técnicas e procedimentos sistemáticos com o objetivo de “indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Para além da consulta pelos termos, quantidade de vezes em que foram utilizados nos documentos, procurou-se identificar em qual item do PPC foram usados. Parte-se da premissa de que para que de fato os futuros egressos estejam preparados para uma participação ativa na defesa da sustentabilidade

socioambiental, conforme prescrevem as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012a), os conhecimentos na área estejam expressos especialmente na concepção pedagógica (Objetivos do Curso, Perfil do Egresso), na organização curricular (Matriz Curricular, Ementário), ou ainda como Projeto de Extensão, Ensino e/ou Pesquisa.

A partir do que foi apreendido nos textos dos Projetos Pedagógicos do curso de Administração Pública, modalidade EAD, das instituições federais de ensino superior, do estado de Minas Gerais, apresenta-se a seguir, os seguintes resultados.

4. Apresentação e Análise de Resultados

Na primeira busca, foi necessário identificar o ano em que o PPC foi elaborado e em seguida buscar a quantidade de vezes em que cada um dos termos foi encontrado.

Tabela 1: Quantidade em que cada termo foi encontrado no PPC

| Quantidade/ Instituição | DS | Gestão Ambiental | Sustentabilidade | Educação Ambiental | Objetivos DS (ODS) | Total |
|----------------------------|-----------|---------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|------------|
| UFLA (2021) | 4 | 16 | 14 | 3 | 0 | 37 |
| UFSJ (2009) | 6 | 11 | 6 | 1 | 0 | 24 |
| UFOP (2021) | 2 | 17 | 19 | 4 | 0 | 42 |
| UFVJM (2022) | 8 | 27 | 23 | 18 | 2 | 78 |
| IFNMG (2023) | 5 | 18 | 14 | 2 | 1 | 40 |
| UFU (2021) | 1 | 5 | 8 | 2 | 1 | 17 |
| TOTAL | 26 | 94 | 84 | 30 | 4 | 238 |

Observa-se que o termo mais encontrado nos documentos é Gestão Ambiental, seguido de Sustentabilidade. Dos seis documentos analisados, em apenas dois (UFU e UFOP) o termo Sustentabilidade aparece mais vezes. Pode-se identificar que o PPC da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri de 2022 é onde mais os termos, no seu conjunto, apareceram.

O termo menos encontrado foi Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que revela que os documentos não estão sintonizados com a Agenda 2030, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos termos da Resolução A/RES/72/279.OP32, de 2018, da Assembleia Geral da ONU, compromisso assumido por líderes de 193 Países, inclusive o Brasil, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Após a identificação quantitativa dos termos, o segundo passo foi analisar onde, no documento, os termos apareceram. E o resultado foi:

Tabela 2: Local onde qualquer um dos cinco termos foram citados

| Item do PPC | UFLA (2021) | UFSJ (2009) | UFOP (2021) | UFVJM (2022) | IFNMG (2023) | UFU (2021) |
|---|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Informações Institucionais (Missão/Visão/Valores/Objetivos) | 2 | 1 | 2 | 3 | 2 | 1 |
| Concepção Pedagógica (Objetivos do Curso, Perfil do Egresso) | 2 | 2 | 3 | 3 | 1 | 1 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Organização Curricular (Matriz Curricular, Ementário) | 4 | 4 | 3 | 4 | 5 | 3 |
| Atividades de Extensão | 0 | 0 | 0 | 4 | 1 | 2 |
| Pesquisa e Pós-graduação | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 |

Os termos buscados na análise do conteúdo dos documentos, apareceram na totalidade, ou seja, os cinco termos, na Organização Curricular do PPC do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

Embora os documentos tratassem da oferta do curso de graduação em Administração Pública, os Projetos Pedagógicos da UFJF e UFOP, apresentaram a relação da graduação com a oferta de pós-graduação, bem como as linhas de pesquisa em andamento. Por isso, quando os termos apareceram neste tópico específico: Pesquisa e Pós-graduação, foram inseridos na tabela 2.

Todos os PPC analisados oferecem a disciplina de Gestão Ambiental e Sustentabilidade com carga horária de 60 horas, no 8º período do curso. De acordo com os PPC, as ementas declaradas são:

Tabela 3: Ementa da disciplina de Gestão Ambiental e Sustentabilidade

| Quantidade/ Instituição | Desenvolvimento sustentável |
|----------------------------|--|
| UFLA (2021) | A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um DS; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental. |
| UFSJ (2009) | |
| UFOP (2021) | |
| UFVJM (2022) | DS; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; Impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; Gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; Instrumentos e práticas de gestão ambiental; Interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; Gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); licitações e compras sustentáveis no Brasil; Municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; ISO 14000; Noções de auditoria ambiental. |
| IFNMG (2023) | |
| UFU (2021) | |

Dos seis documentos analisados, em cada três as ementas são idênticas. A diferença da ementa da UFLA, UFSJ e UFOP com a ementa da UFMG, IFNMG e UFU, é a inclusão nessas últimas os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), licitações e compras sustentáveis no Brasil, a busca pela sustentabilidade, a ISO 14000 e noções de auditoria ambiental. Os últimos três documentos foram atualizados, o que explica em parte, a inclusão explícita destes temas, já que a legislação concernente, bem como as práticas na administração pública, tem se alinhado aos compromissos com a agenda ambiental.

Nos PPCs do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, da Universidade Federal de Ouro Preto e no da Universidade Federal de Lavras expressa-se entre os objetivos do curso: “preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo, frente às mudanças e ao

compromisso com a preservação do meio ambiente e com a sustentabilidade;” (IFNMG, 2023, p. 19; UFOP, 2020, p. 35; UFLA, 2021, p. 26)

A partir da análise empreendida nesta investigação e que encontra sintonia com demais trabalhos publicados nesta pesquisa, a área de Educação Ambiental e Sustentabilidade possui uma abordagem complexa, mesmo que aparentemente atenda ao que está disposto na regulamentação referente. De acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Administração Pública, modalidade EAD, das instituições federais ofertantes de Minas Gerais, todas atendem à Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), à Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012a e 2012b). Isso se expressa literalmente, na disciplina de Gestão Ambiental e Sustentabilidade que todas as instituições ofertam, de maneira obrigatória, com 60 horas, aos alunos do 8º período do curso.

Defende-se que a temática deve estar apresentada em todo o Projeto Pedagógico, desde a declaração da missão e valores institucionais, concepção pedagógica do curso e organização curricular, mas também expressa nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. O que foi possível observar é que, embora todos os documentos abordem em certa medida, muitas vezes não se alinham com os objetivos do curso na construção do perfil do egresso. E pouco se observa nos textos, menção às atividades de extensão, pesquisa e pós graduação. Entretanto, como Petarnella, Silveira e Machado (2017) mencionam, o estudo da sustentabilidade é importante porque a sua compreensão e prática dependem de mudança de valores e princípios, e isso somente é alcançado por meio do ensino de temáticas associadas a desenvolvimento sustentável e gestão socioambiental.

Destaca-se aqui que a integração dos princípios da educação ambiental, as técnicas de gestão ambiental e as abordagens do DS e da sustentabilidade no Projeto Pedagógico do curso de Administração Pública pode ter uma série de impactos positivos na formação dos futuros administradores públicos e nas organizações em que eles atuam. Evidencia-se que as instituições tem procurado alinhar os seus projetos pedagógicos à Agenda Mundial e sua preocupação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como as normativas presentes nos processos de compra da administração pública.

Embora em três documentos (UFLA, UFSJ e UFOP), isso não esteja evidenciado na ementa, não significa que tais temas não sejam abordados, já que a transposição didática de um documento norteador para o universo da sala de aula e prática docente, não tem como ser verificado na limitação deste estudo. Assim como reforçam Franco; Teixeira; Azevedo; Moura-Leite (2015) nota-se um aumento da inserção de questões associadas a sustentabilidade nos projetos pedagógicos dos cursos.

5. Considerações finais

O estudo aqui proposto pretendeu descrever, por meio de uma pesquisa bibliográfica os princípios da educação ambiental e as abordagens do DS e da sustentabilidade e relacioná-los à formação profissional esperada nos cursos de graduação em Administração Pública, modalidade Ensino a Distância (EAD), ofertados por universidades federais do estado de Minas Gerais. Para isso,

foram coletados os dados e informações nos Projetos Pedagógicos dos cursos disponibilizados em suas páginas oficiais. Dentro dessa linha foram encontrados os Projetos Pedagógicos de seis instituições: UFLA, UFJF, UFOP, UFVJM, IFNMG e UFU. Tais documentos foram analisados à luz dos aspectos normativos e legais, bem como a partir do levantamento bibliográfico sobre a temática abordada.

Foi possível verificar que todos os documentos abordaram os termos Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Gestão Ambiental, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade em alguma parte do Projeto Pedagógico. Isso significa alguns importantes avanços para a formação dos futuros administradores públicos.

Em primeiro lugar, pode contribuir para a formação de profissionais mais conscientes e éticos, que compreendem a importância de considerar os aspectos sociais e ambientais em suas decisões, especialmente na questão de licitações públicas (compras e contratos). Além disso, a construção de um futuro mais sustentável e resiliente, passa pela formação de líderes mais preparados para enfrentar os desafios globais, como as mudanças climáticas, a escassez de recursos naturais e as desigualdades sociais. Independente da atuação em organizações públicas e/ou privadas, a perspectiva de abordar essa perspectiva ainda no seu processo de aprendizagem, contribui para a formação de agentes de mudança positiva em suas organizações e na sociedade em geral, promovendo práticas mais responsáveis e sustentáveis, desde o processo de compra de produtos e contratos de serviços, mas, também no consciente descarte de resíduos.

Sem o comprometimento político e pedagógico de forma coletiva por todos os interessados em atender às necessidades da humanidade frente à transformação necessária para que a sociedade alcance um estado sustentável, protegendo o bem-estar e o meio ambiente, a Agenda 2030 será mais um marco teórico. Por isso a importância do trabalho coletivo e da construção de uma Educação em Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis e modalidades, de forma a construir uma visão comum de sustentabilidade, e possibilitar o desenvolvimento de modelos, metodologias, estratégias e ações que de fato contribuam para uma consciência global dos limites da biodiversidade.

Como proposta para trabalhos futuros, o estudo aqui proposto sugere que a questão pode ser mais aprofundada se acrescida de uma abordagem qualitativa, como por exemplo, um trabalho de campo com professores e alunos dos cursos, para analisar o impacto da abordagem dessa temática. Ressalta-se que não é possível verificar o que os novos administradores públicos estão levando para a sua prática profissional apenas com a análise de conteúdo dos Projetos Pedagógicos. Assim sendo, fica aqui a provocação para novas pesquisas sobre o impacto das mudanças nos projetos pedagógicos.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 12, n. 3, Edição Especial. São Paulo, SP • maio/jun. 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 14 de 6 de junho de 2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília (DF), 2012a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília (DF), 2012b.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília (DF), 1999. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em 7 mai 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14 .393 de 4 de julho de 2002**. Altera a Lei nº 9.795/1999. Brasília (DF), 1999. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2019-2022/2022/Lei/L14393.htm#art2 Acesso em 7 mai 2024.

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: J. POUPART, ET al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERNANDES, Vivian Duarte Couto; ABDALA, Etienne Cardoso; CEZARINO, Luciana Oranges. A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA GESTÃO AMBIENTAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 186–199, 2020. DOI: 10.12662/2359-618xregea.v9i2.p186-199.2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/2490> . Acesso em: 13 jun. 2024.

FRANCO, Izabela Teixeira; TEIXEIRA, Maísa Gomide; AZEVEDO, Denise Barros de; MOURA-LEITE, Rosamaria Cox. A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DE SUSTENTABILIDADE NA FORMAÇÃO DE FUTUROS GESTORES: COMO OS PROFESSORES SE DEPARAM COM O ASSUNTO?. **Administração: Ensino e Pesquisa**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 571–607, 2015. DOI: 10.13058/raep.2015.v16n3.284. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/284> . Acesso em: 13 jun. 2024.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso 7 mai 2024.

HOLST, Jorrit. Towards coherence on sustainability in education: a systematic review of Whole Institution Approaches. *Sustainability Science*, v. 18, n. 2, p. 1015-1030, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01226-8>.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. 2023. Disponível em: Acesso em: 13 jun 2024.

LIMA, Jacqueline Oliveira; DE QUEIROZ MURAD, Márcio. Estudo da aderência das políticas propostas pelo capítulo 36 da Agenda 21 nas instituições de educação profissional do Brasil. Caderno Pedagógico, v. 20, n. 8, p. 3138-3163, 2023. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv20n8-008>.

PETARNELLA, Leandro; SILVEIRA, Amelia.; MACHADO, Nelson Santos. Educação ambiental e ensino de sustentabilidade: reflexões no contexto da administração. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. v. 6, n.1. Jan./Abr. 2017.

SELIGER, Günther; REISE, Carsten; BILGE, Pinar. Curriculum Design for Sustainable Engineering—Experiences from the International Master Program “Global Production Engineering”. In: Advances in Sustainable Manufacturing: Proceedings of the 8th Global Conference on Sustainable Manufacturing. Springer Berlin Heidelberg, 2011. p. 3-10. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-642-20183-7_1.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UNESCO, Scientific and Cultural Organization. Shaping the future we want: UN Decade of Education for Sustainable Development (2005–2014) final report. Paris, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. 2021. Disponível em: <https://fcsa.ufla.br/graduacao/administracao-publica-ead-bacharelado/projeto-pedagogico> Acesso em: 13 jun 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. 2020. Disponível em: <https://cead.ufop.br/index.php/administracao-publica-ead> Acesso em: 13 jun 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. 2009. Disponível em: <http://grad.nead.ufsj.edu.br/AdmP/site/sobrecurso/projetopedagogico> Acesso em: 13 jun 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. 2021. Disponível em: <http://www.fagen.ufu.br/graduacao/graduacao-modalidade-ead/administracao-publica/projeto-pedagogico> Acesso em: 13 jun 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. 2022. Disponível em:

<https://portal.ufvjm.edu.br/a-universidade/cursos/ead-administracao-publica>
Acesso em: 13 jun 2024.